

2

O desafio do relativismo cultural

A moralidade difere em cada sociedade e é um termo conveniente para hábitos aprovados socialmente.

Ruth Benedict, *Patterns of Culture* (1934)

CULTURAS DIFERENTES TÊM CÓDIGOS MORAIS DIFERENTES

Dario, o rei da Pérsia antiga, ficou intrigado com a variedade de culturas que ele encontrou em suas viagens. Ele descobriu, por exemplo, que os galatianos, que viviam na Índia, comiam os corpos de seus pais mortos. Os gregos, naturalmente, não faziam isso – eles praticavam a cremação e viam o funeral da pira como a maneira natural e adequada de dispor dos mortos. Dario pensava que uma visão sofisticada poderia prezar as diferenças entre as culturas. Um dia, para ensinar a sua lição, ele convocou alguns gregos que estavam em sua corte e lhes perguntou o que seria necessário para eles comerem os corpos de seus pais mortos. Eles ficaram chocados, como Dario sabia que eles ficariam, e responderam que nenhuma quantidade de dinheiro poderia persuadi-los a fazer tal coisa. Então, Dario chamou alguns galatianos e, enquanto os gregos ouviam, perguntou-lhes o que seria necessário para eles queimarem os corpos de seus pais mortos. Os galatianos ficaram horrorizados e disseram a Dario para não falar de tais coisas.

Essa estória, recontada por Heródoto em sua *História*, ilustra um tema recorrente na literatura das ciências sociais: culturas diferentes têm códigos morais diferentes. O que é pensado como correto por um grupo pode horrorizar os membros de um outro grupo e vice-versa. Devemos nós comer os corpos dos mortos ou queimá-los? Se você fosse grego, uma resposta poderia ser obviamente correta, mas, se você fosse galatiano, a outra resposta poderia ser igualmente certa.

Há muitos exemplos disso. Considere os esquimós do início e meados do século XX. Os esquimós são as pessoas nativas do Alaska, do norte do Canadá, da Groelândia e do nordeste da Sibéria na Rússia asiática. Atualmente, nenhum

desses grupos se autointitula “esquimós”, mas o termo foi historicamente referido àquela população dispersa do ártico. Antes do século XX, o mundo exterior conhecia muito pouco sobre eles. Então, os exploradores começaram a trazer lendas estranhas.

Os esquimós viviam em pequenos assentamentos, separados por grandes distâncias, e seus costumes se tornaram muito diferentes dos nossos. Os homens geralmente tinham mais de uma esposa e eles compartilhavam as suas esposas com os convidados, emprestando-as durante a noite como um sinal de hospitalidade. No entanto, dentro da comunidade, um homem dominante podia demandar – e conseguir – acesso sexual regular às esposas dos outros homens. As mulheres, porém, eram livres para romper esses arranjos simplesmente deixando seus maridos e tomando novos parceiros – livremente, quer dizer, contanto que seus ex-maridos não escolhessem causar muitos problemas. Tudo somado, o costume esquimó do casamento era uma prática volátil que tem pouca semelhança com nossos costumes.

Mas não eram diferentes somente os seus casamentos e práticas sexuais. Os esquimós também pareciam pouco se importar com a vida humana. O infanticídio, por exemplo, era comum. Knud Rasmussen, um dos primeiros exploradores, informou ter encontrado uma mulher que tinha dado à luz 20 crianças, mas tinha matado 10 delas no nascimento. Meninas, ele notou, eram especialmente suscetíveis de serem mortas, e isso era permitido à discrição dos pais, não havendo conexão com estigma social. Ademais, quando membros da família idosos se tornavam muito fracos, eles eram deixados fora na neve para morrerem. Na sociedade esquimó parecia haver, notavelmente, pouco respeito pela vida.

A maior parte de nós acharia esses costumes esquimós completamente inaceitáveis. Nosso próprio modo de viver parece tão natural e correto para nós que dificilmente podemos conceber pessoas que vivam tão diferentemente. Quando ouvimos falar de tais pessoas, podemos dizer que elas são “atrasadas” ou “primitivas”. Mas, para os antropólogos, os esquimós não parecem incomuns. Desde o tempo de Heródoto, observadores esclarecidos observaram que concepções do certo e do errado diferem de cultura para cultura. Se assumimos que nossas ideias éticas serão partilhadas por todas as culturas, nós somos ingênuos, meramente.

RELATIVISMO CULTURAL

Para muitas pessoas esta observação – “culturas diferentes têm códigos morais diferentes” – parece ser a chave para entender a moralidade. Não há verdades morais universais, dizem eles. Os costumes de sociedades diferentes são tudo o

que existe. Chamar um costume de “correto” ou “incorreto” implicaria podermos julgar tal costume por algum padrão independente do que é certo e errado. Mas não existe tal padrão. Todo padrão é limitado culturalmente. O sociólogo William Graham Sumner (1840-1910) apresentou o assunto nos seguintes termos:

O modo “correto” é o modo que os ancestrais utilizavam e que foi transmitido. [...] A noção de correto está nos modos de pensar de um povo. Não é exterior a eles, de uma origem independente, trazido para testá-los. Nos modos de pensar de um povo, qualquer que seja esse pensar, ele é correto. Isso ocorre porque eles são tradicionais e, portanto, contêm em si mesmos a autoridade dos espíritos ancestrais. Quando nós chegamos nos modos de pensar do povo, estamos no final de nossas análises.

Essa linha de pensamento, mais do que qualquer outra, tem persuadido as pessoas a serem céticas a respeito da ética. Com efeito, o relativismo cultural afirma que não há tal coisa como verdade universal na ética. Há somente os vários códigos culturais e nada mais. O relativismo cultural desafia a nossa crença na objetividade e na universalidade da verdade moral.

Todas as pretensões seguintes foram feitas pelos relativistas culturais:

1. Sociedades diferentes têm códigos morais diferentes.
2. O código moral de uma sociedade determina o que é certo dentro daquela sociedade, isto é, se o código moral de uma sociedade diz que uma certa ação é correta, então aquela ação é correta, ao menos dentro daquela sociedade.
3. Não há padrão objetivo que pode ser usado para julgar o código de uma sociedade como melhor do que o de outra sociedade. Não há verdades morais que valham para todas as pessoas em todos os tempos.
4. O código moral de nossa própria sociedade não tem um *status* especial. Ele é somente mais um código entre muitos.
5. É arrogante de nossa parte julgar outras culturas. Devemos sempre ser tolerantes em relação a elas.

Estas cinco proposições parecem caminhar em conjunto, mas elas são *independentes* umas das outras, o que pode significar que algumas delas podem ser verdadeiras mesmo que outras sejam falsas. Realmente, duas das proposições parecem ser inconsistentes entre si. A segunda diz que o certo e o errado são

determinados pelas normas de cada sociedade. A quinta diz que se deve sempre ser tolerante em relação a outras culturas. Mas e se as normas de uma sociedade favorecem a intolerância? Por exemplo, quando o exército nazista invadiu a Polônia em 1º de setembro de 1939, iniciando, com isso, a Segunda Guerra Mundial, essa foi uma ação intolerante de primeira ordem. Mas e se ela se conformasse aos ideais nazistas? Um relativista cultural, parece, não poderia criticar os nazistas por serem intolerantes, se tudo o que eles estão fazendo é seguir o seu próprio código moral.

Dado que os relativistas culturais têm orgulho de sua tolerância, seria irônico se sua teoria realmente apoiasse a intolerância de sociedades bélicas. Porém, a sua teoria não precisa ser assim. Entendido com propriedade, o relativismo cultural sustenta que as normas de uma cultura reinam supremas *dentro dos limites da cultura*. Assim, uma vez que os soldados alemães entraram na sociedade polonesa, eles se tornaram sujeitos às normas da sociedade polonesa – normas que, obviamente, excluía a carnificina de poloneses inocentes. Como afirma o velho ditado, “em Roma, como os romanos”. Relativistas culturais concordam.

O ARGUMENTO DA DIFERENÇA CULTURAL

Os relativistas culturais frequentemente empregam uma certa *forma de argumento*. Eles começam com fatos sobre as culturas e terminam extraindo uma conclusão sobre a moralidade. Assim, eles nos convidam a aceitar este raciocínio:

1. Os gregos acreditavam que era errado comer os mortos, ao passo que os galatianos acreditavam que era correto comer os mortos.
2. Portanto, comer os mortos não é nem objetivamente certo nem objetivamente errado. É meramente uma questão de opinião que varia de uma cultura para outra.

Ou:

1. Os esquimós não viam nada de errado com o infanticídio, ao passo que os americanos acreditam que ele é imoral.
2. Portanto, o infanticídio não é nem objetivamente certo nem objetivamente errado. É meramente uma questão de opinião que varia de uma cultura para outra.

Claramente, esses argumentos são variações de uma ideia fundamental. Eles são exemplos de um argumento mais geral que diz:

1. Culturas diferentes têm códigos morais diferentes.
2. Portanto, não há verdade objetiva na moralidade. Certo e errado são somente questões de opinião, e opiniões variam de uma cultura para outra.

Podemos chamar isso de argumento da diferença cultural. Para muitas pessoas ele é persuasivo. Mas é ele um bom argumento – *é sólido*?

Ele não é. Para um argumento ser sólido, as suas premissas têm de ser verdadeiras e a conclusão tem que se seguir logicamente delas. Aqui, o problema é que a conclusão não *se segue das* premissas – isto é, mesmo que a premissa seja verdadeira, a conclusão ainda assim pode ser falsa. A premissa concerne àquilo em que as pessoas *acreditam* – em algumas sociedades as pessoas acreditam em uma coisa; em outras sociedades as pessoas acreditam em outra coisa. A conclusão, portanto, concerne ao que *é realmente o caso*. Esse tipo de conclusão não se segue logicamente daquele tipo de premissa. Na terminologia filosófica, isso significa que o argumento *é inválido*.

Considere novamente o exemplo dos gregos e dos galatianos. Os gregos acreditavam que era errado comer os mortos; os galatianos acreditavam que era certo. *Do mero fato de que eles discordavam*, segue-se que não há verdade objetiva em relação àquela matéria? Não, não se segue; poderia ser que a prática fosse objetivamente certa (ou errada) e que um deles estivesse simplesmente enganado.

Para tornar o ponto claro, considere uma questão diferente. Em algumas sociedades, as pessoas acreditam que a terra é plana. Em outras sociedades, como na nossa, as pessoas acreditam que a terra é esférica. Do mero fato de as pessoas discordarem, segue-se que não há “verdade objetiva” na geografia? Claro que não; nós nunca tiraríamos tal conclusão, isso porque entendemos que os membros de uma sociedade podem simplesmente estar errados. Não há razão para pensar que, se o mundo é redondo, todo mundo tenha que conhecer isso. Similarmemente, não há razão para pensar que, se há verdade moral, todo mundo tenha que conhecê-la. O argumento da diferença cultural tenta derivar uma conclusão substantiva sobre um assunto a partir do mero fato de que as pessoas discordam. Mas isso é impossível.

Esse ponto não deve ser mal compreendido. Não estamos dizendo que a conclusão do argumento é falsa. Depois de tudo o que dissemos, o relativismo cultural pode ainda ser verdadeiro. O ponto é que a conclusão não se segue das

premissas. Isso significa que o argumento das diferenças culturais é inválido. Portanto, o argumento falha.

O QUE SE SEGUE DO RELATIVISMO CULTURAL

Mesmo que o argumento das diferenças culturais não seja sólido, o relativismo cultural pode ainda ser verdadeiro. O que se seguiria se ele fosse verdadeiro?

Na passagem citada há pouco, William Graham Sumner estabeleceu a essência do relativismo cultural. Ele diz que a única medida do certo e do errado são os padrões da própria sociedade: “A noção de correto está nos modos de pensar de um povo. Não é exterior a eles, de uma origem independente, trazido para testá-los. Nos modos de pensar de um povo, qualquer que seja esse pensar, ele é correto”. Suponha que levemos isso a sério. Quais poderiam ser algumas das consequências?

1. *Nós não poderíamos mais dizer que os costumes das outras sociedades são moralmente inferiores aos nossos.* Isso, naturalmente, é um dos pontos mais importantes salientados pelo relativismo cultural. Nunca devemos condenar uma sociedade meramente porque ela é “diferente”. Essa atitude parece esclarecida na medida em que nos concentramos em exemplos como as práticas funerárias dos gregos e galatianos.

Porém, nós também estaremos impedidos de criticar outras práticas menos benignas. Por exemplo, o governo chinês tem uma longa história de repressão dos dissidentes políticos dentro de suas fronteiras. Em qualquer época que se considere, na China, milhares de prisioneiros políticos fizeram trabalho forçado. Ainda, no episódio da Praça da Paz Celestial de 1989, as tropas chinesas abateram centenas senão milhares de manifestantes pacíficos. O relativismo cultural nos precluiria de dizer que as políticas de opressão do governo chinês são erradas. Nós nem mesmo poderíamos dizer que uma sociedade que respeita a liberdade de expressão é *melhor* do que a sociedade chinesa, pois isso também implicaria um padrão universal de comparação. A falha em condenar *essas* práticas não parece esclarecida; ao contrário, a opressão política parece errada onde quer que ela ocorra. No entanto, se aceitamos o relativismo cultural, temos que olhar tais práticas como imunes à crítica.

2. *Nós não poderíamos mais criticar o código de nossa própria sociedade.* O relativismo cultural sugere um teste simples para determinar o que é certo e o que é errado: tudo o que precisamos fazer é perguntar se a ação está de acordo com o código da sociedade em questão. Suponha que um habitante da Índia queira saber se o sistema de castas de seu país – um sistema de hierarquia social rígida

– é moralmente correto. Tudo o que ele tem que fazer é perguntar se o sistema se conforma ao código moral de sua sociedade. Se ele concordar, não há nada com que se preocupar, ao menos de um ponto de vista moral.

Essa implicação do relativismo cultural é perturbadora porque poucos de nós pensamos que o código de nossa sociedade seja perfeito – podemos pensar em modos nos quais ele pode ser melhorado. Acima de tudo, podemos pensar em modos nos quais podemos aprender de outras culturas. Ainda assim, o relativismo cultural nos impede de criticar o código de nossa própria sociedade e nos impede de ver modos nos quais outras culturas podem ser melhores. Ao final, se o certo e o errado são relativos à cultura, isso tem que ser verdade para a nossa própria cultura, assim como ele é para as outras culturas.

3. *A ideia do progresso moral é posta em dúvida.* Nós pensamos que ao menos algumas mudanças sociais são para o melhor. Através de toda a história ocidental, o lugar das mulheres na sociedade foi estritamente definido. Mulheres não podiam ter propriedade, elas não podiam votar ou ocupar cargos políticos e estavam sob o controle quase absoluto de seus maridos ou pais. Recentemente, muito disso mudou e a maioria das pessoas pensam que isso é um progresso.

Mas, se o relativismo cultural é correto, podemos nós legitimamente ver isso como um progresso? Progresso significa substituir os velhos modos por novos e melhores modos. Mas por meio de quais padrões podemos julgar como melhores os modos novos? Se os velhos modos se conformavam aos padrões do *seu* tempo, então o relativismo cultural não poderia julgá-los pelos *nossos* padrões. A sociedade do século XIX que discriminava pelo sexo era uma sociedade diferente daquela que nós agora habitamos. Dizer que fizemos progresso implica que a sociedade atual é melhor – exatamente o tipo de julgamento transcultural que o relativismo cultural proíbe.

Nossas ideias sobre *reforma* social também teriam que ser reconsideradas. Reformadores como Martin Luther King Jr. souberam mudar as suas sociedades para o melhor. Mas, de acordo com o relativismo cultural, há somente um modo de melhorar a sociedade: fazê-la pertencer melhor aos seus próprios ideais. Afinal, os ideais da sociedade são os padrões pelos quais a reforma é acessada. Ninguém, porém, pode desafiar os ideais, pois eles são, por definição, corretos. De acordo com o relativismo cultural, então, a ideia de reforma social faz sentido somente nesta última forma limitada.

Essas três consequências do relativismo cultural têm levado muitas pessoas a rejeitá-lo. Nós podemos dizer que a escravidão é errada onde quer que ela ocorra e que a nossa própria sociedade pode fazer progresso moral importante. O relativismo cultural não pode ser correto porque, de acordo com ele, esses julgamentos são sem sentido.

POR QUE HÁ MENOS DESACORDO DO QUE PARECE

O relativismo cultural começa pela observação de que as culturas diferem dramaticamente em suas visões sobre o certo e o errado. Mas quanto elas realmente diferem? É verdade que há diferenças, mas é fácil exagerá-las. Muitas vezes, o que em um primeiro momento parece ser uma grande diferença, termina simplesmente não sendo uma diferença.

Considere uma cultura na qual as pessoas acreditam que é errado comer carne de vaca. Pode mesmo ser uma cultura pobre, na qual não há comida suficiente. Ainda assim, as vacas não são tocadas. Uma tal sociedade parece ter valores muito diferentes dos nossos. Mas tem ela valores diferentes? Nós ainda não perguntamos *por que* essas pessoas não querem comer vacas. Suponha que elas acreditem que depois da morte as almas dos humanos habitam os corpos dos animais, especialmente as vacas, de tal forma que uma vaca poderia ser a avó de alguém. Diríamos nós que seus valores diferem dos nossos? Não, a diferença reside alhures. A diferença está em nosso sistema de crenças, não em nosso sistema de valores. Nós concordamos que não devemos comer a vovó; nós discordamos se as vacas podem ser a vovó.

O ponto é que muitos fatores trabalham em conjunto para produzir os costumes de uma sociedade. Não somente são importantes os valores da sociedade, mas também o são as suas crenças religiosas, as suas crenças fatuais, e seu meio ambiente físico. Assim, não podemos concluir que duas sociedades diferem em valores justamente porque elas diferem em costumes. Afinal, costumes podem variar por diferentes razões. Portanto, pode haver menos desacordo moral do que parecer haver.

Considere de novo os esquimós que matavam crianças perfeitamente saudáveis, especialmente meninas. Nós não aprovamos tais coisas. Em nossa sociedade, um pai que mata um bebê é preso. Assim, parece haver uma grande diferença de valores em nossas duas culturas. Mas suponha que perguntemos por que os esquimós faziam isso. A explicação não é que lhes faltava respeito pela vida humana ou que não amavam as suas crianças. Uma família esquimó sempre iria proteger os seus bebês se as condições permitissem. Mas os esquimós viviam em um ambiente difícil, onde alimento era escasso. Para citar um velho dito esquimó, “a vida é difícil e a margem de segurança pequena”. Uma família pode querer alimentar seus bebês, mas ser incapaz de fazer isso.

Como em muitas sociedades tradicionais, as mães esquimós tinham que cuidar de suas crianças por um período maior de tempo do que as mães em nossa cultura – por quatro anos e, talvez, por um tempo maior. Assim, mesmo nas melhores épocas, uma mãe podia sustentar muito poucas crianças. Acima de

tudo, os esquimós eram nômades, incapazes de cultivar no clima severo do norte. Eles tinham que continuar a se movimentar para encontrar comida. Crianças tinham que ser carregadas, e uma mãe podia carregar somente um bebê em sua parca, enquanto ela viajava e fazia os seus trabalhos fora de casa. Finalmente, os esquimós não tinham controle de natalidade, de tal forma que gravidezes indesejadas eram comuns.

Crianças meninas eram mais propensas a serem mortas por duas razões. Primeira, na sociedade esquimó, os homens eram os provedores primários de comida – eles eram os caçadores –, e comida era escassa. Os homens eram, assim, de mais valor para a comunidade. Segundo, os caçadores sofriam um alto índice de acidentes, desse modo, os homens que morriam prematuramente eram em número maior do que as mulheres que morriam jovens. Se crianças meninos e meninas sobrevivessem em igual número, então, a população de mulheres adultas seria bem maior do que a população dos homens adultos. Examinando as estatísticas disponíveis, um escritor concluiu que “se não fosse pelo infanticídio das meninas [...] haveria aproximadamente uma vez e meia mais mulheres, na média de esquimós do grupo local, do que homens provedores de comida”.

Portanto, o infanticídio esquimó não era devido a um desrespeito fundamental por crianças. Em vez disso, ele adveio do reconhecimento de que medidas drásticas eram necessárias para assegurar a sobrevivência do grupo. Mesmo assim, porém, matar o bebê poderia não ser a primeira opção considerada. A adoção era comum. Casais sem crianças ficavam especialmente felizes de tomar o “excedente” dos casais férteis. Matar era o último recurso. Enfatizo isso para mostrar que os dados crus da antropologia podem ser enganosos. Eles podem fazer as diferenças de valores entre as culturas parecerem maior do que são. Os valores dos esquimós não eram tão diferentes dos nossos. A vida somente forçou escolhas para eles que nós não temos de tomar.

ALGUNS VALORES SÃO PARTILHADOS POR TODAS AS CULTURAS

Não deveria nos surpreender que os esquimós fossem protetores de suas crianças. Como eles não poderiam ser? Bebês são indefesos e não podem sobreviver sem um cuidado amplo. Se um grupo não protege os seus jovens, eles não irão sobreviver e os membros velhos do grupo não serão substituídos. Por fim, o grupo pode extinguir-se. Isso significa que qualquer cultura que continue a existir tem que cuidar de seus jovens. Crianças negligenciadas têm que ser a exceção, não a regra.

Raciocínio similar mostra que outros valores têm que ser mais ou menos universais entre as sociedades humanas. Imagine como seria uma sociedade que não desse valor ao dizer a verdade. Quando uma pessoa falasse com a outra, não haveria presunção de que ela estaria dizendo a verdade, pois ela poderia facilmente estar mentindo. Em uma tal sociedade, não haveria razão para prestar atenção a qualquer coisa que alguém dissesse. Se eu quisesse saber que horas são, por que eu deveria me preocupar em perguntar para alguém, se mentir seria um lugar-comum? A comunicação em uma tal sociedade seria extremamente difícil, senão impossível. E porque sociedades não podem existir sem comunicação entre seus membros, a sociedade se tornaria impossível. Segue-se que toda sociedade tem de valorizar a veracidade. Naturalmente, pode haver situações em que mentir é considerado não problemático, mas a sociedade ainda valorizaria a honestidade na maior parte das situações.

Considere um outro exemplo. Poderia existir uma sociedade na qual não houvesse a proibição do homicídio? Como ela seria? Suponha que as pessoas fossem livres para se matarem entre si à vontade e que ninguém desaprovasse isso. Em uma tal “sociedade” ninguém poderia se sentir livre. Todo mundo deveria estar constantemente em guarda e todo mundo tentaria evitar as outras pessoas – todos homicidas potenciais – tanto quanto possível. Isso resultaria na tentativa dos indivíduos se tornarem autossuficientes. A sociedade em qualquer escala ampla colapsaria. Naturalmente, as pessoas poderiam se agrupar em pequenos grupos onde poderiam se sentir seguras. Mas veja o que isso significa: elas formariam pequenas sociedades que não reconheceriam regras contra o homicídio. A proibição do homicídio é, então, um aspecto necessário da sociedade.

Há um ponto geral aqui, a saber, que *existem algumas regras morais que todas as sociedades têm que adotar porque tais regras são necessárias para que a sociedade exista*. As regras contra mentir e matar são dois exemplos. De fato, encontramos essas regras vigentes em todas as culturas. As culturas podem diferir em relação ao que elas consideram exceções legítimas às regras, mas esse desacordo existe em face de uma grande plataforma de acordo. Portanto, nós não devemos superestimar a extensão em que as culturas diferem. Nem toda regra moral pode variar de sociedade para sociedade.

JULGANDO UMA PRÁTICA CULTURAL COMO INDESEJÁVEL

Em 1996, Fauziya Kassindja, de 17 anos de idade, chegou ao Newark International Airport em New Jersey e pediu asilo. Ela tinha voado do seu país nativo, o

Congo, no oeste da África, para escapar do que as pessoas lá chamavam de “excisão”. Excisão é um procedimento que desfigura permanentemente. A excisão é, algumas vezes, chamada de “circuncisão feminina”, mas porta pouca semelhança com a circuncisão masculina. Na mídia ocidental isso é referido como “mutilação genital feminina”.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a excisão é praticada em 28 nações africanas, e em torno de 136 milhões de mulheres foram dolorosamente mutiladas. Algumas vezes, a excisão é parte de um elaborado ritual tribal feito em pequenas vilas; as meninas veem isso como a sua entrada no mundo adulto. Outras vezes, a prática é feita em cidades, em mulheres que resistem desesperadamente.

Fauziya Kassindja era a mais nova de cinco filhas. Seu pai, que possuía um comércio de caminhões de sucesso, se opôs à excisão. Ele foi capaz de desafiar a tradição por causa de sua riqueza. Assim, suas quatro primeiras filhas casaram sem serem mutiladas. Mas, quando Fauziya tinha 16, ele morreu repentinamente. Fauziya, então, ficou sob a autoridade de seu tio, que arranhou um casamento para ela e preparou para que fosse feita a excisão. Fauziya ficou aterrorizada. A sua mãe e a irmã mais velha ajudaram-na a escapar.

Nos Estados Unidos, Fauziya foi presa por quase 18 meses, enquanto as autoridades decidiam o que fazer com ela. Durante esse tempo, ela foi submetida a humilhantes revistas nuas, foi-lhe negado tratamento para a sua asma e ela foi, em geral, tratada como uma criminosa. Finalmente, lhe foi dado asilo, mas não antes de seu caso ter incitado uma grande controvérsia. A controvérsia não foi sobre como ela foi tratada nos Estados Unidos, mas como nós devemos olhar os costumes de outras culturas. Uma série de artigos no *The New York Times* encorajou a ideia de que a excisão é bárbara e deve ser condenada. Outros observadores foram relutantes em serem tão julgadores. Viva e deixe viver, eles disseram, afinal, nossa cultura provavelmente parecerá simplesmente estranha para os que são de fora.

Suponha que digamos que a excisão é errada. Estamos nós meramente impondo o padrão de nossa própria cultura? Se o relativismo cultural for correto, isso é tudo o que podemos fazer, pois não há padrão moral independente da cultura ao qual apelar. Mas é isso verdade?

Há um padrão do certo e do errado independente da cultura?

A excisão é má de muitos modos. Ela é dolorosa e resulta em uma perda permanente do prazer sexual. Seus efeitos de curto prazo podem incluir hemorragia,

tétano e septicemia. Algumas vezes, causa a morte. Os efeitos de longo prazo podem incluir infecção crônica, cicatrizes que machucam ao andar e dor contínua.

Por que, então, isso se tornou uma prática social disseminada? Não é fácil de dizer. A prática não tem um benefício social óbvio. Diferentemente do infanticídio esquimó, ela não é necessária para a sobrevivência do grupo. Nem é uma questão de religião. A excisão é praticada por grupos de várias religiões, incluindo o islamismo e o cristianismo.

Não obstante, uma série de argumentos é feita em sua defesa. Mulheres que são incapazes de prazer sexual são menos suscetíveis à promiscuidade; assim, haveria menos gravidezes indesejadas em mulheres não casadas. Acima de tudo, esposas para quem sexo é somente um dever são menos suscetíveis de enganarem os seus maridos e, porque elas não estão pensando sobre sexo, ficarão mais atentas às necessidades de seus maridos e crianças. Os maridos, de sua parte, dizem que gostam mais de sexo com esposas que sofreram excisão. Os homens têm a impressão de que as mulheres que não sofreram excisão são sujas e imaturas.

Seria fácil, e talvez um pouco arrogante, ridicularizar esses argumentos. Mas observe um aspecto importante neles: eles tentam justificar a excisão mediante a indicação de que ela é benéfica – afirma-se que homens, mulheres e suas famílias ficariam melhor quando as mulheres são submetidas à excisão. Assim, podemos abordar a questão perguntando se a excisão, no seu todo, ajuda ou prejudica.

Isso aponta para um padrão que poderia ser razoavelmente usado para pensar sobre qualquer prática social: *a prática promove ou impede o bem-estar das pessoas afetadas por ela?* Porém, esse parece o tipo de padrão moral independente que o relativismo cultural proíbe. É um padrão único que pode ser trazido para ajudar no julgamento das práticas de qualquer cultura, em qualquer tempo, incluindo a nossa. Naturalmente, as pessoas, de praxe, não verão esse princípio como sendo “trazido de fora” para julgá-los, porque todas as culturas valorizam a felicidade humana.

Por que, apesar disso tudo, pessoas conscienciosas podem ficar relutantes em criticar outras culturas

Muitas pessoas que ficam horrorizadas com a excisão, não obstante, relutam em condená-la, por três razões. Primeira, há um nervosismo compreensível quando se trata de interferir nos costumes sociais de outras pessoas. Os europeus e os seus descendentes nos Estados Unidos têm uma história vergonhosa de destruição de culturas nativas em nome da cristandade e do esclarecimento. Por causa disso, algumas pessoas se recusam a criticar outras culturas, especialmente culturas que

se parecem com aquelas que foram feridas no passado. Há, porém, uma diferença entre (a) julgar uma prática cultural como deficiente e (b) pensar que nós devemos anunciar tal fato, fazer pressão diplomática e enviar tropas. O primeiro aspecto é somente uma questão de tentar ver o mundo claramente de um ponto de vista moral. O segundo é uma outra coisa inteiramente diferente. Algumas vezes pode ser correto “fazer alguma coisa a respeito”, mas frequentemente não é.

Segunda razão, as pessoas podem sentir, com razão, que devemos ser tolerantes em relação a outras culturas. A tolerância é, sem dúvida, uma virtude – uma pessoa tolerante pode viver em paz com aqueles que veem as coisas diferentemente. Mas nada que concirna à tolerância requer de nós sustentar que todas as crenças, todas as religiões e todas as práticas sociais são igualmente admiráveis. Pelo contrário, se nós não pensássemos que algumas coisas são melhores do que outras, então não haveria nada para tolerarmos.

Finalmente, as pessoas podem relutar em julgar por que elas não querem expressar desrespeito pela sociedade que é criticada. Mas, de novo, isso é enganoso: condenar uma prática particular não é dizer que a cultura no seu todo é desprezível. Afinal, a cultura pode ainda ter muitos aspectos admiráveis. Realmente, devemos esperar que isso seja verdade da maioria das sociedades humanas – elas são misturas de práticas boas e ruins. A excisão parece ser uma das ruins.

DE VOLTA ÀS CINCO PRETENSÕES

Vamos retornar agora aos cinco princípios do relativismo cultural que listamos acima. Como eles se saíram em nossa discussão?

1. Sociedades diferentes têm códigos morais diferentes.

Isso, certamente, é verdadeiro. No entanto, há alguns valores que todas as culturas partilham, como o valor de dizer a verdade, a importância de cuidar dos jovens e a proibição contra o homicídio. Ademais, quando os costumes diferem, as razões de fundo terão, frequentemente, mais a ver com crenças fatuais das culturas do que com seus valores.

2. O código moral de uma sociedade determina o que é certo dentro daquela sociedade, isto é, se o código moral de uma sociedade diz que uma certa ação é correta, então aquela ação é correta, ao menos dentro daquela sociedade.

Aqui nós devemos ter em mente a diferença entre o que a sociedade *acredita* sobre a moral e o que é *realmente verdadeiro*. O código moral de uma sociedade é intimamente ligado ao que as pessoas naquela sociedade acreditam ser correto. Porém, tal código e aquelas pessoas podem estar errados. Antes, nós consideramos o exemplo da excisão – a prática bárbara endossada por muitas sociedades. Considere três exemplos a mais, todos eles envolvendo o mau tratamento das mulheres:

- Em 2002, uma mãe solteira da Nigéria foi sentenciada a ser apedrejada até a morte por ter tido sexo fora do casamento. Não é claro se os valores nigerianos, no seu todo, aprovaram esse veredicto, dado que mais tarde a pena foi cassada por um tribunal superior. Porém, ela foi cassada em parte para apaziguar a comunidade internacional. Quando os próprios nigerianos ouviram o veredicto sendo lido no tribunal, a multidão gritou em aprovação.
- Em 2005, uma mulher da Austrália foi condenada por tentar contrabandear quatro quilos de maconha para a Indonésia. Por tal crime, ela foi sentenciada a 20 anos de prisão – uma punição excessiva. Sob as leis da Indonésia, ela poderia mesmo ter recebido a pena de morte.
- Em 2007, uma mulher foi estuprada por uma gangue na Arábia Saudita. Quando ela informou à polícia, esta, no curso da investigação, descobriu que ela tinha recentemente estado com um homem que não era seu parente. Por tal crime, ela foi sentenciada a 90 açoites. Quando ela apelou de sua condenação, isso irritou os juízes, então eles aumentaram a sua sentença para 200 açoites e mais seis meses de prisão. Finalmente, o rei saudita a perdoou, ainda que ele tenha dito que apoiava a sentença que ela tinha recebido.

Com efeito, o relativismo cultural sustenta que as sociedades são moralmente infalíveis – em outras palavras, que a moral de uma cultura nunca pode estar errada. Mas, quando vemos que as sociedades podem e endossam graves injustiças, percebemos que sociedades, como os seus membros, podem necessitar de aperfeiçoamento.

3. Não há padrão objetivo que pode ser usado para julgar o código de uma sociedade como melhor do que o de outra sociedade. Não há verdades morais que valham para todas as pessoas em todos os tempos.

É difícil pensar em princípios éticos que valham para todas as pessoas em todos os tempos. Porém, se formos criticar a prática da escravidão, apedrejamento ou mutilação genital, e se tais práticas são verdadeiramente erradas, então temos que apelar a princípios que não estão vinculados a qualquer sociedade particular. Acima, sugeri um de tais princípios: de que sempre interessa se uma prática promove ou impede o bem-estar das pessoas afetadas por ela.

4. O código moral de nossa própria sociedade não tem um *status* especial. Ele é somente mais um código entre muitos.

É verdade que o código moral de nossa sociedade não tem um *status* especial. Afinal, a nossa sociedade não tem uma auréola celeste nas suas bordas. Nossos valores não têm um direito especial pela simples razão de serem os nossos valores. Porém, dizer que o código moral de nossa própria sociedade “é meramente um entre muitos” parece implicar que todos os códigos são iguais – que eles são, mais ou menos, igualmente bons. De fato, é uma questão aberta se um dado código “é meramente um entre muitos”. Tal código pode estar entre os melhores e pode estar entre os piores.

5. É arrogante de nossa parte julgar outras culturas. Devemos sempre ser tolerantes em relação a elas.

Há muita verdade nisso, mas o ponto é exagerado. Frequentemente, *somos* arrogantes quando criticamos outras culturas, e a tolerância é, em geral, uma coisa boa. Porém, não devemos tolerar tudo. As sociedades humanas têm feito coisas terríveis. É uma marca de progresso quando nós podemos dizer que tais coisas são do passado.

O QUE NÓS PODEMOS APRENDER DO RELATIVISMO CULTURAL

Até aqui, discutindo o relativismo cultural, me detive mais nos seus defeitos. Eu disse que ele se baseia em um argumento falho, que tem consequências implausíveis e que sugere mais desacordo moral do que realmente existe. Tudo isso contribui para uma rejeição da teoria. No entanto, você pode ter a sensação de que isso é um pouco injusto. A teoria tem que ter alguma coisa em sua defesa – por que outra razão ela teria sido tão influente? De fato, penso que há alguma coisa correta sobre o relativismo cultural. Há duas lições que devemos aprender dele.

Primeira, o relativismo cultural nos adverte, de forma absolutamente correta, sobre o perigo de assumir que todas as nossas práticas são baseadas em um padrão racional absoluto. Elas não são. Alguns de nossos costumes são meramente convencionais – meramente peculiares de nossa cultura –, e é fácil perder de vista esse fato. Relembrando-nos disso, a teoria nos presta um serviço.

Práticas funerárias são um exemplo. Os galatianos, de acordo com Heródoto, eram “homens que comiam os seus pais” – uma ideia chocante, ao menos para nós. Mas comer a carne dos mortos pode ser entendido como um sinal de respeito. Pode ser visto como um ato simbólico que diz: “nós queremos que o espírito dessa pessoa habite dentro de nós”. Talvez seja desse modo que os galatianos viam tal ato. Segundo esse modo de pensar, enterrar os mortos poderia ser visto como um ato de rejeição, e queimar o corpo, como positivamente desdenhoso. Naturalmente, a ideia de comer carne humana pode ser repulsiva para nós. Mas e então? Nossa repulsa pode ser somente o reflexo de nossa sociedade. O relativismo cultural começa com o *insight* de que muitas de nossas práticas são assim – somente produtos culturais. Porém, há alguma coisa errada com a teoria quando ela infere que, do fato de algumas práticas serem como essa, então todas elas têm que ser assim.

Considere a modéstia no vestir. Nos Estados Unidos, não se supõe que uma mulher vá mostrar os seus seios em público. Por exemplo, durante o intervalo do 2004 Super Bowl, Justin Timberlake rasgou parte da roupa de Janet Jackson, expondo um dos seus seios para o público. A CBS rapidamente mudou para uma tomada aérea do estádio, mas já era tarde demais. Meio milhão de telespectadores reclamaram, e o governo federal multou a CBS em 550 mil dólares. Em algumas culturas, porém, não é considerado problema uma mulher mostrar o torso inferior em público. Objetivamente falando, tais ostentações não são nem certas nem erradas.

Finalmente, considere um caso ainda mais complexo e controverso: aquele do casamento monogâmico. Na nossa sociedade, o ideal é se apaixonar e se casar com uma pessoa. Então, espera-se que a pessoa permaneça fiel para sempre. Mas não há outros modos de buscar a felicidade? O colunista Dan Savage lista algumas das desvantagens possíveis da monogamia: “tédio, desespero, falta de variedade, morte sexual e dar por garantido”. Por essas razões, muitas pessoas veem a monogamia como um ideal não realista – e como um objetivo cuja busca poderia não lhes fazer feliz.

Quais são as alternativas a esse ideal? Alguns casais rejeitam a monogamia pela permissão recíproca de casos extraconjugais ocasionais. Permitir que o

próprio cônjuge tenha um caso é arriscado – o cônjuge pode não voltar mais –, mas uma maior abertura no casamento poderia funcionar melhor do que o nosso sistema corrente, no qual muitas pessoas se sentem sexualmente aprisionadas e, acima de tudo, culpadas por terem esses sentimentos. Outras pessoas se desviam da monogamia de forma mais radical pela prática do poliamor (*polyamory*), que consiste em ter mais de um companheiro fixo, com o consentimento de todos os envolvidos. Poliamor inclui casamentos em grupo como as “tríades”, envolvendo três pessoas, ou “quadras”, envolvendo quatro pessoas. Alguns desses arranjos podem funcionar melhor do que outros, mas essa realmente não é uma questão de moralidade. Se a esposa de um homem lhe dá permissão para ter um caso, então ele não a está “enganando” – ele não está traindo a sua confiança, porque ela consentiu com o caso. Ou, se quatro pessoas querem viver juntas e funcionarem como uma única família, com amor fluindo reciprocamente, então não há nada moralmente errado com isso. Porém, a maioria das pessoas em nossa sociedade desaprovava qualquer desvio do ideal cultural da monogamia.

A segunda lição tem a ver com manter uma mente aberta. À medida que nós crescemos, desenvolvemos sentimentos fortes em relação às coisas: aprendemos a ver alguns tipos de comportamento como aceitáveis e outros como ultrajantes. Ocasionalmente, podemos achar tais sentimentos desafiadores. Por exemplo, nós podemos ter aprendido que a homossexualidade é imoral e nos sentir desconfortáveis perto de pessoas *gays*. Mas, então, alguém sugere que isso pode ser um preconceito, que não há nada de errado em ser *gay* e que as pessoas *gays* são somente pessoas, como qualquer outra, que têm a peculiaridade de serem atraídas por membros do mesmo sexo. Porque temos sentimentos fortes em relação a isso, podemos achar difícil levar a sério essa linha de raciocínio.

O relativismo cultural fornece um antídoto para essa espécie de dogmatismo. Quando Heródoto narrou a história dos gregos e dos galatianos, ele acrescentou:

Pois, se a cada um, não importa quem, fosse dada a oportunidade de escolher entre todas as nações do mundo o conjunto de crenças que pensa ser o melhor, ele, inevitavelmente, depois de uma consideração cuidadosa dos seus relativos méritos, escolheria aquele do seu país. Todo mundo, sem exceção, acredita que seus próprios costumes nativos e a religião na qual foi criado são os melhores.

Dar-se conta disso pode auxiliar a ampliar as nossas mentes. Podemos ver que nossos sentimentos não são necessariamente percepções da verdade – que eles podem ser devidos a condicionamentos culturais e nada mais. Portanto, quando ouvimos a sugestão de que alguns elementos de nosso código social *não*